

Brasília-DF



VICTOR CORREIA (INTERINO)
victorcorreia.df@dabr.com.br

Menos armas

Um dos principais objetivos de Lula e Dino no primeiro ano de governo era derrubar o número de armas registradas, que explodiu na gestão Bolsonaro. Conseguiram. Dados do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) mostram que 20.822 armamentos para defesa pessoal foram registrados em 2023, quase 82% a menos do que em 2022, com 114.044. Após Lula reverter decretos de Bolsonaro que facilitavam o acesso a armas no primeiro dia de mandato, Dino encabeçou uma força-tarefa para recadastrar os objetos e alterar a legislação, aproximando-a do Estatuto do Desarmamento aprovado em 2003.

Vetos criticados

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado federal Danilo Forte (União-CE), reprovou os vetos do presidente Lula ao projeto, sancionado ontem. O cronograma para o pagamento das emendas parlamentares é o ponto mais criticado, obviamente. Parlamentares contam com os recursos em ano eleitoral e querem garantir o maior controle possível sobre o dinheiro. Outros pontos, porém, também foram alvo de descontentamento para Forte. O deputado disse ver com “estranheza” o veto ao trecho que garantia 30% dos recursos do Minha Casa Minha Vida para cidades com 50 mil habitantes ou menos. “Havia concordância entre as lideranças do governo sobre o tema”, pontuou. Forte também citou os itens vetados que destinavam recursos ao kit escolar e a obras tocadas por entidades sem fins lucrativos, que colocam no Ministério do Meio Ambiente a competência do controle animal nos municípios. O relator acredita que os vetos citados serão derrubados pelo Parlamento.

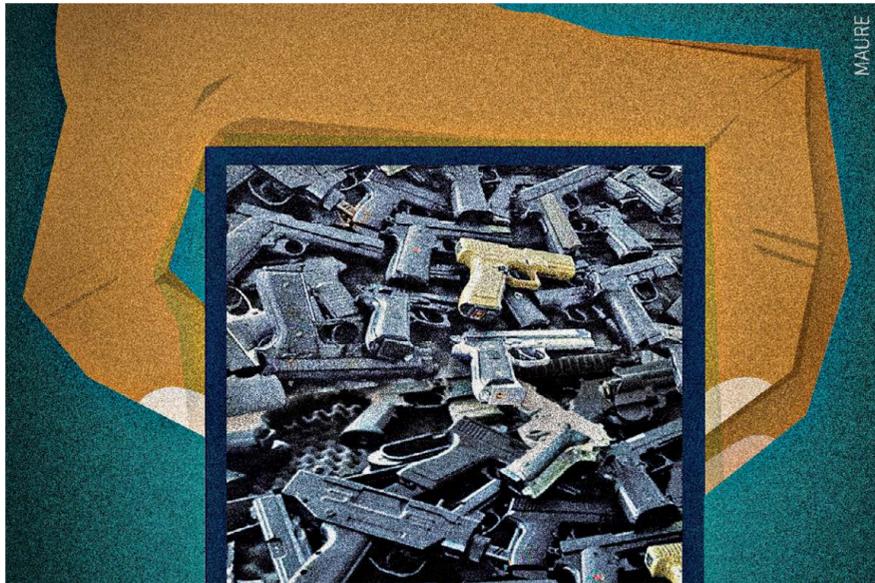
Justiça segue com balanço

O Ministério da Justiça e Segurança Pública segue divulgando o balanço de suas ações em 2023. Afinal, o tema é sensível para o governo e entrará na pauta dos municípios durante o ano eleitoral. No combate ao crime, foram 15.556 operações coordenadas ou apoiadas pela pasta no ano. Juntas, PF, PRF e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) prenderam mais de 52 mil pessoas e apreenderam 9.935 armas ilegais. Só com o pagamento de diárias aos policiais que atuaram junto às forças de segurança dos estados foram R\$ 236 milhões.

Já a Operação Protetor das Fronteiras, que tem como alvo as atividades criminosas que enriquecem as facções — como o contrabando e o tráfico de drogas —, causou um prejuízo estimado de R\$ 2,6 bilhões ao crime organizado, evitando R\$ 120 milhões em danos aos cofres

públicos. Outras operações destacadas pela pasta foram: Operação Paz, contra mortes violentas intencionais; Átria e Shamar, de combate à violência doméstica; Caminhos Seguros, de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes; Virtude, contra a violência aos idosos; e Impulse, que apoiou as ações estaduais de combate ao crime.

A divulgação dos números precede a troca na pasta. Flávio Dino, aprovado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), deixa o ministério em 8 de janeiro. Entre os cotados para substituí-lo, estão o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski e o atual secretário executivo da pasta, Ricardo Cappelli. O presidente Lula só deve tomar a decisão após a solenidade de 8 de janeiro.



Costumes no Orçamento?

Forte não citou, porém, os trechos que amarravam as mãos do Executivo com motivação puramente ideológica, incluídos pelo Congresso na matéria. Os dispositivos impediam que o governo destinasse verba a projetos que promovem, incentivem ou financiem ocupação de propriedades rurais; ações em educação que possam “influenciar” opção sexual; ações com potencial para “desconstruir” a “família tradicional”; cirurgias para mudança de sexo; e a realização de abortos em casos não contemplados pela lei, ou seja, com risco de vida à gestante ou após estupro. O Congresso manterá essa imposição da pauta de costumes ao Executivo?

Torpedo acerta o alvo

Uma crítica feita ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aos seus críticos acertou o alvo. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) postou uma explicação em suas redes sociais após Haddad, em entrevista ao jornal *O Globo*, ironizar quem o chama de “austericida”, porém elogia nas redes sociais os feitos econômicos do primeiro ano do governo. O ministro é alvo de ataques por parte do PT por sua defesa da meta de déficit fiscal zero em 2024. Uma resolução aprovada em dezembro pelo partido usa o termo “austericídio fiscal” para criticar a medida. “A resolução do PT não fala que ‘está tudo errado, tem que mudar tudo’. Pelo contrário, o governo teve muitos acertos na área econômica, mas o déficit zero não é um deles”, descreveu Lindbergh. Em um longo texto, o parlamentar também expressa preocupação com o crescimento econômico e possíveis cortes orçamentários para atingir a meta em 2024. “Temos que parar de dar tanta atenção aos sábios da Faria Lima e olhar mais para a sabedoria do Lula, que governou ampliando investimentos, melhorando a vida do povo pobre com um crescimento médio por ano de 4,1%”, frisou.

Colaborou Evandro Éboli



UM ANO DA INFÂMIA

Visita à história recuperada

Quase um ano depois dos atos golpistas, obras danificadas nos ataques são incorporadas ao roteiro turístico do Congresso

» EVANDRO ÉBOLI

“Vocês acompanharam o que aconteceu no 8 de janeiro. Foi até pior do que vocês viram na televisão. Muita coisa foi destruída, algumas coisas não puderam ser recuperadas.” A fala é de uma das guias turísticas do Congresso Nacional, que, ontem, conduzia dezenas de visitantes pelas instalações da Câmara e do Senado e relatava a destruição e as consequências do ataque brutal de seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro aos prédios públicos há quase um ano. Pelo menos 500 pessoas visitaram o Congresso nesta terça-feira, a grande maioria de fora de Brasília. Muitas estão pela primeira vez na capital. Em silêncio, ouviam as informações e eram apresentadas às obras de arte que foram alvo de ataques dos vândalos. Elas também se mostraram curiosas para entender como tudo aconteceu.

O 8 de janeiro colocou o Parlamento brasileiro na rota turística também por esse prisma, o do prédio que entrou para a história — ao lado do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto — como o espaço da tentativa de um golpe, numa sequência de atos premeditados.

Até hoje, os dois lados do Congresso seguem em reformas. O tapete do Salão Verde da Câmara, por exemplo, guarda sinais da destruição, como a marca do disparo de uma esfera pesada contra o Muro Escultórico, um painel na cor verde, histórico, do artista Athos Bulcão, de 1976. Há marcas no carpete, que ainda não

foi completamente substituído.

Somente na Câmara, o prejuízo ficou, no mínimo, em R\$ 3 milhões. Foram destruídos 400 computadores e duas viaturas da Polícia Legislativa; o tapete sofreu queimaduras, áreas foram inundadas, além de danos e destruição de obras de arte e desaparecimento de presentes protocolares ao presidente da Câmara, expostos no Salão Verde.

Pela primeira vez no Congresso, a servidora federal Mona Lisa Marangoni teve noção da grandiosidade do espaço, da relevância das obras e do tamanho do risco a que a democracia foi submetida.

“É muito emocionante circular aqui, conhecer, ver de perto e saber que agora está tudo normal. Acho que a força das instituições foi fundamental para o restabelecimento de tudo isso”, disse Mona Lisa. Ela acredita que se reduziu muito a chance de algo parecido voltar a acontecer.

“As pessoas agora também estão mais preparadas, e quem arriscar sabe que não ficará impune. Como amante do patrimônio histórico e cultural do país, valorizo tudo isso. Vejo a grandiosidade da obra no espaço. Mas quem não valoriza não liga muito”, completou a servidora, que foi estagiária de pós-graduação na Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural de Belo Horizonte.

Linha de frente

Em outubro, a Câmara reuniu oito servidores que atuaram na linha de frente do 8 de janeiro, de

Evandro Éboli/CB/DA.Press



Visitas observam a escultura Anjo. Ao fundo, verde, o muro de Athos Bulcão, ambos alvo dos extremistas

Evandro Éboli/CB/DA.Press



Pelo menos 500 pessoas visitaram o Congresso Nacional ontem

chefe da segurança à responsável pela recuperação do patrimônio. Gilcy Rodrigues Azevedo coordenou os trabalhos de restauração e recuperação dos objetos e

bens culturais destruídos pelos vândalos. Ela se emocionou algumas vezes durante uma roda de conversa com o público.

A servidora chegou ao prédio



Acho que a força das instituições foi fundamental para o restabelecimento de tudo isso”

Mona Lisa Marangoni, servidora federal

às 6h30 de 9 de janeiro e jamais se esquecerá do que encontrou. “Era muita coisa para fazer, não deu tempo para chorar”, contou.

Especialista em gestão de

risco, Gilcy afirmou que foi preciso agir rápido para salvar todas as peças atingidas pelos golpistas. Os produtos químicos e outras substâncias atirados contra as obras exigiam pressa para impedir a deterioração do acervo.

“Você não quer chegar na sua casa e ver as coisas fora do lugar, principalmente quando você trabalha com esses bens, que são a história e a memória do povo brasileiro. Vendo a memória sendo danificada, vilipendiada e retirada de mim foi uma dor muito grande”, relatou.

Evento

Os Três Poderes prepararam um ato para o próximo dia 8. Ontem, servidores da segurança e do cerimonial da Câmara e do Senado se reuniram no Salão Verde e começaram a definir a logística.

É esperado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), subam a rampa do Congresso.

Está prevista também a exposição, no Salão Verde, de bens que foram para restauro e que ainda não voltaram a ser disponibilizados aos visitantes, como itens ofertados a presidentes da Câmara, casos de uma bola de futebol autografada pelo jogador Neymar e de uma pérola do Catar, um presente do ministro das Relações Exteriores e vice-primeiro-ministro do Estado do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al-Thani, ao então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em 8 de setembro de 2019.